

Contextualização sobre o cumprimento das medidas socioeducativas no estado do Mato Grosso: uma revisão da literatura

Operation of socio-educational measures in the state of Mato Grosso: a literature review

Funcionamiento de las medidas socioeducativas en el estado de Mato Grosso: una revisión de la literatura

Vanuza Gomes Lima Machado¹ , Daniel Pulcherio Fensterseifer¹ 

¹ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Erechim, Rio Grande do Sul, Brasil.

Autor correspondente:

Vanuza Gomes Lima Machado

Email: a102214@uri.edu.br

Como citar: Machado, V. G. L., & Fensterseifer, D. P. (2024). Contextualização sobre o cumprimento das medidas socioeducativas no estado do Mato Grosso: uma revisão da literatura. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 17(36), e19761. <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v17i36.19761>

RESUMO

Este artigo científico apresenta uma revisão da literatura sobre o funcionamento das medidas socioeducativas no estado do Mato Grosso. O objetivo é investigar como essas medidas estão sendo cumpridas e qual a sua efetividade nesse ambiente em particular. Ademais, os resultados obtidos servirão para contextualizar estudos mais amplos que envolvam o direito à educação de jovens restringidos de sua liberdade. A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica, utilizando critérios de inclusão e exclusão para a seleção dos artigos. A busca foi realizada em bases de dados relevantes, como o Portal de Periódicos da CAPES e a SciELO. Os resultados e as discussões foram apresentados de forma explanatória, permitindo ao leitor avaliar as principais conclusões e implicações derivadas dos estudos revisados. Essa pesquisa contribui para o conhecimento sobre o funcionamento das medidas socioeducativas no Mato Grosso, oferecendo subsídios para a compreensão e aprimoramento desse sistema no contexto local. Os resultados evidenciaram os desafios a serem enfrentados para o aprimoramento do sistema socioeducativo, o qual deve buscar oferecer elementos que possam colaborar para uma formação cidadã dos jovens. Espera-se que os achados desta pesquisa sirvam para contribuir com ações e políticas públicas voltadas para a melhoria e efetividade das medidas socioeducativas no estado mato-grossense.

Palavras-Chave: Adolescentes em conflito com a lei. Educação. Mato Grosso. Medidas socioeducativas.

ABSTRACT

This scientific article presents a literature review on the functioning of socio-educational measures in the state of Mato Grosso. The objective is to investigate how these measures are implemented and how effective they are in this specific context. The research was conducted through a bibliographic review, using inclusion and exclusion criteria for the selection of articles. The search was carried out in relevant databases, such as the CAPES Journal Portal and SciELO. The results and discussions were presented in an explanatory way, allowing the reader to assess the main conclusions and implications derived from the reviewed studies. This research contributes to knowledge about the functioning of socio-educational measures in Mato Grosso, offering subsidies for understanding and improving this system in the local context. The results showed the importance of these measures in promoting the resocialization of adolescents in conflict with the law and pointed out the challenges to be faced in order to improve the socio-educational system. It is hoped that the findings of this research can contribute to base actions and public policies aimed at improving and effective socio-educational measures in the context of Mato Grosso.

Keywords: Adolescents in conflict with the law. Educational. Mato Grosso. Socio-educational measures.

RESUMEN

Este artículo científico presenta una revisión de la literatura sobre el funcionamiento de las medidas socioeducativas en el estado de Mato Grosso. El objetivo es investigar cómo se implementan estas medidas y qué tan efectivas son en este contexto específico. La investigación se realizó a través de una revisión bibliográfica, utilizando criterios de inclusión y exclusión para la selección de artículos. La búsqueda se realizó en bases de datos relevantes, como el Portal de Revistas CAPES y SciELO. Los resultados y discusiones se presentaron de manera explicativa, permitiendo al lector evaluar las principales conclusiones e implicaciones derivadas de los estudios revisados. Esta investigación contribuye al conocimiento sobre el funcionamiento de las medidas socioeducativas en Mato Grosso, ofreciendo subsidios para la comprensión y mejora de este sistema en el contexto local. Los resultados mostraron la importancia de estas medidas en la promoción de la resocialización de los adolescentes en conflicto con la ley y señalaron los desafíos a ser enfrentados para mejorar el sistema socioeducativo. Se espera que los hallazgos de esta investigación puedan contribuir para apoyar acciones y políticas públicas dirigidas a mejorar y hacer efectivas las medidas socioeducativas en el contexto de Mato Grosso.

Palabras clave: Adolescentes en conflicto con la ley. Educación. Mato Grosso. Medidas educativas.

INTRODUÇÃO

O presente estudo encontra-se vinculado à pesquisa realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da URI/FW, na linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação. Trata-se de estudo que busca conhecer e contextualizar o cumprimento de medidas socioeducativas no Estado do Mato Grosso a fim de desvendar as condições existentes para a oferta e o desenvolvimento de atividades relacionadas à garantia de acesso à educação para a população jovem restringida de sua liberdade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelecido pela Lei n. 8.069 em 13 de junho de 1990, representa uma ruptura histórica com um passado de controle e exclusão social baseado na doutrina da proteção integral. Pela primeira vez na história do Brasil, a questão social dos adolescentes recebe prioridade absoluta, transformando-os em cidadãos com direitos e responsabilidades.

O ECA estabelece regras de prioridade dentro das políticas públicas e traz princípios inovadores em seus artigos, como a ampliação e divisão das responsabilidades entre a família, o Estado, a sociedade e a comunidade, conforme estipulado pelo artigo 4º, *in verbis*:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Brasil, 1990).

O Estatuto da Criança e do Adolescente representa a incorporação dos avanços internacionais na promoção e defesa dos direitos humanos da população infanto-juvenil no Brasil. Porém, de acordo com Juliano e Tiellet (2015), apesar do compromisso político e das grandes conquistas na promoção dos direitos humanos, ainda enfrentamos o desafio de garantir a efetivação desses direitos. Na realidade, muitos adolescentes vivem em condições desfavoráveis, sem acesso mínimo ao desenvolvimento, bem-estar, cidadania e políticas públicas que promovam seus direitos. Essa situação os torna altamente vulneráveis socialmente. Nesse cenário de desigualdade, miséria e injustiça, eles se tornam vítimas de diversas formas de violência: familiar, social, ética, psicológica e estrutural, prejudicando significativamente a qualidade das relações humanas.

O Estatuto garante diversos direitos à criança e ao adolescente, com destaque para o direito à educação. Essas normas são fundamentais quando se trata do acesso à educação, que deve ser considerado em dois aspectos: o direito, relacionado ao acesso à escola e ao ensino em todas as fases; e o dever, associado ao sistema socioeducativo, decorrente de atos infracionais praticados por crianças e adolescentes. (Lopes, 2018).

Nesse sentido, Barbosa e Resende (2014), esclarecem que os atos infracionais são fenômenos extremamente complexos, derivados da interação dinâmica de muitas variáveis presentes na vida cotidiana, em que os indivíduos são agentes e pacientes ao mesmo tempo. A aplicação da medida socioeducativa é, acima de tudo, uma resposta formal da sociedade a um delito pelo qual o adolescente, após passar pelo devido processo com todas as garantias, foi considerado responsável. Todos os adolescentes devem ser beneficiados com medidas que auxiliem em sua formação e reintegração na sociedade, garantindo a política de atenção integral por meio do sistema de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

A ação socioeducativa tem como objetivo principal preparar o jovem para a convivência social. A educação formal, a formação profissional, as atividades culturais, o apoio social e psicológico, as práticas esportivas, a assistência religiosa e todas as outras atividades direcionadas aos adolescentes devem visar ao desenvolvimento de seu potencial para ser e conviver. (Carmo & Neto, 2015).

Apesar dos avanços já alcançados, é necessário substituir as abordagens assistencialistas e correccionais-repressivas por um modelo garantista, capaz de trazer as conquistas do estado democrático de direitos para o âmbito dos sistemas de administração da justiça juvenil.

Segundo um levantamento realizado pelo SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), no ano de 2019 e divulgado em 2020, o número total de jovens cumprindo medidas socioeducativas era de 46.193. Desses, 19.133 vagas eram oferecidas em unidades de internação fechada, distribuídas em 304 unidades que atuavam nessa modalidade. O delito mais comum entre esses jovens foi furto e roubo. A apresentação desse levantamento ocorreu por meio de uma reunião *online* com pesquisadores, representantes e o ministério responsável. No entanto, não foram fornecidos dados sociodemográficos sobre os jovens e, mesmo após uma busca intensa, não foi possível encontrar o relatório oficial dessa reunião. Portanto, os dados mencionados acima dizem respeito à publicação na página oficial do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, 2020).

Isso reforça a importância de uma abordagem integrativa e pedagógica, que são obrigatórias mesmo nas internações provisórias, com o objetivo sempre de resgatar a dignidade humana. Essas atividades não devem ser baseadas no medo e na punição, mas sim garantir acesso à informação,

cultura, educação, lazer, profissionalização e convivência comunitária. O objetivo é educar para a vida social e oferecer a esses jovens a oportunidade real de inserção na sociedade.

No entanto, Piloni e Franco (2019), ressaltam que colocar em prática essa abordagem socioeducativa se torna um desafio quando nos deparamos com a realidade retratada em artigos, pesquisas, reportagens e documentos oficiais. A lógica punitiva geralmente prevalece nesses locais, desde sua estrutura física, que costuma ser precária e insalubre, semelhante a uma prisão comum e frequentemente superlotada, até o tratamento dispensado pela maioria dos funcionários aos internos. Isso é resultado da ausência de formação desses profissionais para atuarem nesses ambientes, somada aos estereótipos sociais.

A realidade enfrentada por esses jovens dentro do sistema socioeducativo não difere muito da realidade vivenciada fora dele. De acordo com as considerações apresentadas por Souza (2022) em sua pesquisa, as medidas socioeducativas são vistas pelos profissionais envolvidos como uma forma de superar a situação de vulnerabilidade, que é considerada a causa da delinquência, o que acaba legitimando uma maior criminalização, seja por meio de discursos ou na prática da institucionalização.

Portanto, enquanto a criminalidade violenta entre os adolescentes cresce, a vitimização desses grupos também aumenta devido à falta de efetivação das políticas públicas. A "vida nua" e a aniquilação do sujeito representam o lugar social em que o jovem infrator é colocado, limitando ao máximo sua possibilidade de se projetar além das circunstâncias em que está inserido.

Nas últimas décadas, temos testemunhado um aumento na criminalização da população jovem que vive em situação de vulnerabilidade social no Brasil. Esses jovens permanecem invisíveis para as políticas públicas de atenção básica até que cometam um ato infracional e sejam submetidos a medidas socioeducativas. Dessa forma, a culpa pelo atual cenário de violência no país é transferida para os adolescentes.

As medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes que cometem atos infracionais, como advertência, reparação do dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação, estão definidas no Artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e são devidamente regulamentadas pela Lei 12.594/12, que estabelece o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) (Brasil, 1990).

No escopo deste estudo, em relação à medida socioeducativa de internação, é necessário considerar os princípios da brevidade, que se refere ao tempo de internação, da excepcionalidade, que implica esgotar todas as possibilidades de aplicar uma medida socioeducativa menos severa, e do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (Brasil, 1990). Portanto, embora haja um aspecto punitivo, é fundamental que prevaleça o caráter pedagógico, potencializando as ações de socioeducação previstas nos programas de execução das medidas socioeducativas.

Diante do exposto, fica evidente a necessidade de ação diante da situação atual. É crucial investir e exigir do poder público a fiscalização e a implementação de políticas públicas que efetivem o que está estabelecido no texto constitucional, a fim de combater a precarização da vida dos adolescentes em internação. Portanto, enfatiza-se a importância de trabalhos como este, que compilam e expõem a realidade do cotidiano dos centros de atendimento socioeducativo, por meio de uma discussão que une a prática e a teoria. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo realizar uma revisão da literatura sobre o funcionamento das medidas socioeducativas no estado do Mato Grosso. Através dessa revisão, pretende-se obter um panorama abrangente das práticas e abordagens utilizadas no sistema socioeducativo, bem como identificar desafios e possíveis melhorias nesse contexto.

Durante a análise dos artigos selecionados, busca-se conhecer como as medidas socioeducativas são implementadas no estado do Mato Grosso, levando em consideração aspectos como a legislação vigente, as instituições responsáveis pela execução das medidas e as ações desenvolvidas para a ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei. Além disso, busca-se

compreender as possíveis lacunas e desafios enfrentados no funcionamento das medidas socioeducativas, tais como a insistência de estrutura adequada, a falta de capacitação dos profissionais envolvidos e a necessidade de uma abordagem mais individualizada para atender às necessidades dos adolescentes.

A revisão da literatura foi realizada por meio de uma busca sistemática no Portal de Periódicos da Capes e Scielo, utilizando descritores relacionados ao tema, como "medidas socioeducativas", "Mato Grosso", "efetividade", entre outros. Serão incluídos artigos científicos publicados no período de 2012 a 2022, em língua portuguesa e que abordem o contexto específico do estado do Mato Grosso.

Espera-se que os resultados desta pesquisa sirvam para contextualizar o ambiente em que os adolescentes em cumprimento de medida de internação desenvolvem suas atividades educativas e, ainda, que contribuam para uma melhor compreensão do funcionamento das medidas socioeducativas no estado do Mato Grosso, bem como para a identificação de possíveis melhorias e aprimoramentos nesse sistema. A partir dessas informações, será possível direcionar políticas públicas e práticas mais efetivas no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, aprimorando-se o acesso ao direito à educação, constitucionalmente previsto e reforçado pelo ECA.

METODOLOGIA

Este artigo apresenta uma revisão da literatura com o objetivo de investigar o funcionamento das medidas socioeducativas no estado do Mato Grosso. A pergunta central que orienta essa pesquisa é: como as medidas socioeducativas são implementadas e qual a sua efetividade no estado do Mato Grosso?

Conforme Almeida (2000), a revisão da literatura busca estabelecer conexões entre conceitos, características e ideias, geralmente relacionando dois ou mais temas. Complementando essa perspectiva, Severino (2012) esclarece que esse tipo de pesquisa envolve o uso de registros de estudos já realizados em livros, artigos, documentos impressos, entre outros. Portanto, o texto se configura como uma fonte de informação a ser estudada, com o objetivo de conhecer e analisar artigos científicos sobre o tema em questão.

De acordo com Ercole, Melo e Alcoforado (2014), a revisão bibliográfica desse tipo requer a realização de seis etapas distintas: identificação de temas e seleção de hipóteses ou questões de pesquisa para o desenvolvimento da revisão integrada; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão de estudos/amostras ou revisões de literatura; definição das informações a serem extraídas dos estudos/categorias de estudos selecionados; avaliação dos estudos incluídos na revisão integrada; interpretação dos resultados; apresentação final da revisão.

A busca pelos artigos foi realizada em maio e junho de 2023 por meio do Portal de Periódicos da Capes e da base de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). A estratégia de busca utilizou três descritores: "medidas socioeducativas", "Mato Grosso" e "efetividade". Esses descritores foram combinados utilizando o operador booleano "E". Portanto, a estratégia de busca utilizada foi a seguinte: "medidas socioeducativas AND Mato Grosso AND efetividade".

Para a seleção dos estudos, foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: 1) Artigos publicados na íntegra; 2) Artigos em língua portuguesa; 3) Artigos disponíveis eletronicamente; 4) Formato: artigos científicos (pesquisas qualitativas, quantitativas, quali/quantitativas, relatos de experiências, estudos reflexivos); 5) Artigos publicados no período de 2012 a 2022; 6) Artigos que abordem a pergunta de pesquisa proposta. Os critérios de exclusão adotados foram: 1) Artigos duplicados; 2) Artigos em língua estrangeira; 3) Artigos que não atendam aos critérios de elegibilidade.

A apresentação dos resultados e a discussão dos dados obtidos foram realizadas de forma explanatória, a fim de permitir ao leitor avaliar a aplicabilidade da revisão sintética elaborada para alcançar os objetivos desse estudo. A interpretação dos dados neste estudo foi conduzida por meio

de uma análise minuciosa dos principais resultados extraídos dos artigos selecionados. Nesse processo, a interpretação dos dados também levou em consideração as particularidades metodológicas de cada estudo, como o tamanho da amostra, o delineamento da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados e as abordagens analíticas empregadas. Isso permitiu uma compreensão mais profunda das nuances presentes nos resultados, bem como uma avaliação crítica da qualidade e da robustez das conclusões dos artigos revisados.

A abordagem adotada para a interpretação dos dados foi fundamentada em um método rigoroso, que envolveu a leitura criteriosa de cada artigo, a identificação de temas recorrentes e a análise comparativa entre os resultados obtidos em diferentes contextos de pesquisa.

RESULTADOS

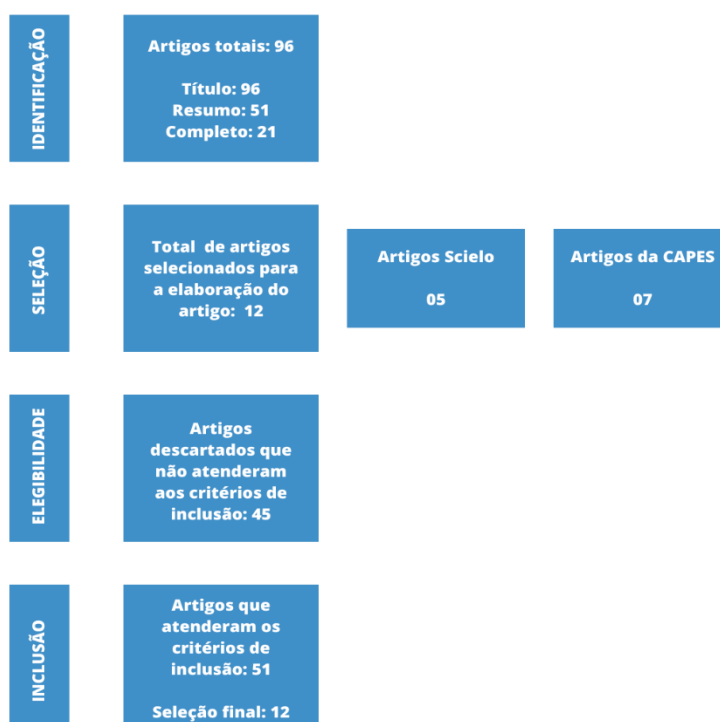
Considerando-se as estratégias de buscas, encontraram-se 234 artigos. Procedeu-se à catalogação das referências, conforme os critérios de inclusão e exclusão, selecionaram-se 12 estudos.

A primeira etapa desse processo envolveu a catalogação detalhada de todas as referências encontradas. Isso permitiu uma organização sistemática das informações e facilitou a identificação de possíveis duplicações ou títulos que não atendiam diretamente aos critérios estabelecidos. A partir dessa catalogação, a pesquisa avançou para a etapa de seleção, aplicando rigorosamente os critérios pré-definidos para inclusão e exclusão.

Após a aplicação desses critérios, foram selecionados 12 estudos que se destacaram pela sua abordagem aprofundada e análise minuciosa do tema. Esses artigos foram considerados como os mais indicados para compor o estudo, pois proporcionaram uma compreensão mais completa e embasada do assunto em questão. A seleção cuidadosa dos artigos contribuiu para assegurar a qualidade e a robustez das conclusões do estudo, fornecendo insights valiosos para a pesquisa e o desenvolvimento do conhecimento na área.

Após a análise dos artigos selecionados, um fluxograma foi elaborado, possibilitando esclarecer e apresentar todos os artigos escolhidos.

Figura 1: Fluxograma da busca de artigos



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Após a análise dos artigos selecionados, foi elaborado o quadro 1, o qual se encontra abaixo, possibilitando esclarecer e apresentar todos os artigos escolhidos de maneira sintética.

Quadro 1- Resumo dos artigos encontrados entre 2012 e 2022 incluídos no estudo

Autores, ano, base de dados	Título	Metodologia	Objetivos	Conclusão
Barbosa & Resende (2014) <i>Scielo</i>	A política do egresso da medida socioeducativa de internação no município de Barra do Garças – MT	Pesquisa Bibliográfica	Analisar se há eficácia nas garantias atribuídas pelo Estado do Mato Grosso, ante o egresso, submetido à medida socioeducativa de internação, prevista no ECA	Os resultados da pesquisa de campo destacaram a necessidade de melhorias nos centros de acolhimento de adolescentes em conflito com a lei e a importância de uma maior atenção por parte do governo. Ficou evidente que é crucial a participação ativa do Estado no enfrentamento das questões sociais relacionadas a esses problemas. Contudo, ainda existe uma falta significativa de recursos e ações por parte do governo para suprir todas as necessidades sociais pertinentes.
Silva & Neto (2015) CAPES	Adolescentes Infratores Em Mato Grosso: Medidas Socioeducativas E Serviço Jurisdicional	Pesquisa de Campo	Esclarecer a situação dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativa de privação de liberdade e sobre os subterfúgios utilizados pelo Estado de Mato Grosso.	Os dados analisados nessa pesquisa evidenciam a ineficiência e, frequentemente, a completa falta de ação do aparato estatal, que não implementa políticas públicas adequadas para acolher os adolescentes, condenando-os a viver em condições subumanas em uma das cinco unidades "socioeducativas" administradas pela SEJDH.
Alves & Jellet (2015) Capes	Centro Socioeducativo De Cáceres/Mt: Um Estudo Exploratório	Pesquisa exploratória e documental	Conhecer o ambiente em que as ações e as intervenções dos socioeducativos são desenvolvidas, além de obter informações sobre a organização escolar no interior da Unidade.	Os dados e informações obtidos sobre o Centro Socioeducativo de Cáceres revelam a realidade de uma unidade de internação de adolescentes no estado de Mato Grosso. Um aspecto problemático que afeta todas as unidades é a infraestrutura e o espaço físico. Esses aspectos têm prejudicado o cumprimento dos objetivos estabelecidos por lei e não favorecem a construção de conhecimentos, atitudes, competências, habilidades e valores sociais que possam promover transformação e oportunidades na vida dos jovens em conflito com a lei.
Silva & Silva (2016)	O olhar pedagógico acerca das medidas	Pesquisa Qualitativa	Suscitar reflexões sobre	A pesquisa demonstra as fragilidades do sistema socioeducativo brasileiro, o

Scielo	socioeducativas aplicadas aos adolescentes no município de Juara/MT		o ponto de vista pedagógico das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes autores de infração no Município de Juara do Estado de Mato Grosso.	reconhecimento por parte do Estado na figura da Promotoria de Justiça e das instituições escolares que recebem os/as adolescentes para cumprimento das medidas. Dentre os inúmeros desafios, identificamos a necessidade de formação específica sobre a temática para ser trabalhada com aqueles que participam do processo de ressocialização desses/as adolescentes.
Tiellet et al. (2017) Scielo	Ações De Extensão Em Um Centro De Atendimento Socioeducativo Do Estado De Mato Grosso	Estudo de Caso	Apresentar a interface extensionista da pesquisa: Adolescentes em conflito com a lei e suas trajetórias educacionais	As atividades desenvolvidas pelos acadêmicos, que foram selecionadas com base no espaço e nos equipamentos disponíveis, demonstraram sua capacidade de levar em consideração o conhecimento, a história e a bagagem cultural dos adolescentes. Eles criaram condições e oportunidades para o desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes, comportamentos e valores nos adolescentes.
Lopes (2018) CAPES	A Política De Atendimento Socioeducativo No Estado De Mato Grosso: Reflexão Sobre Os Caminhos Da Socioeducação Na Medida Privativa De Liberdade	Pesquisa Bibliográfica	Refletir sobre os rumos da Socioeducação na medida privativa de liberdade no Estado de Mato Grosso	Identificamos práticas assistencialistas, de controle extremo, punição e repressão presentes nessa política. Compreendemos que as Políticas Sociais, embora tenham incorporado lutas históricas por direitos humanos e sociais e tenham o propósito de enfrentar as expressões da Questão Social, têm sido desenvolvidas de forma compensatória, fragmentada e seletiva. Isso nos distancia cada vez mais da concretização da proteção integral e da Socioeducação.
Stetiski & Lenhardt-Botelho (2018) Scielo	As práticas em avaliação psicológica no sistema socioeducativo de Mato Grosso	Pesquisa de Campo	Investigar os principais métodos de avaliação utilizados pelos psicólogos do sistema socioeducativo no Estado de Mato Grosso	Os resultados indicaram a importância da avaliação psicológica ser um processo que envolve mais de um procedimento. E, que dentre os principais meios de obtenção de dados, encontram-se predominantemente as entrevistas, observações, dinâmicas, jogos, anamnese, testes psicológicos e a visita domiciliar.
Samuel (2018)	Entre a concepção teórica e o desencanto da prática: As falhas da	Pesquisa Bibliográfica	Analisar se as regras de tal lei estariam sendo devidamente	A realidade infanto-juvenil brasileira ainda precisa melhorar em muitos aspectos. A ineficácia das medidas socioeducativas aplicadas aos

Capes	aplicação das medidas socioeducativas no processo de ressocialização dos adolescentes infratores		aplicadas às crianças e adolescentes	adolescentes que cometem atos infracionais é latente e preocupante, uma vez que os níveis de reincidência são alarmantes e merecem urgente atenção dos entes competentes.
Miranda & Onofre (2020) Capes	Jovens em situação de privação de liberdade: repensando os processos educativos no centro de atendimento socioeducativo de Cuiabá/MT	Pesquisa de Campo	Apresentar parte de uma pesquisa de doutorado que busca compreender os significados e sentidos dos processos educativos vivenciados pelos jovens em situação de privação de liberdade.	Os resultados das análises anunciam, por meio das falas dos jovens, a relação dialógica e a ação socioeducativa, as representações ambivalentes dos processos educativos vivenciados pelos jovens e as expectativas manifestadas.
Schroeder & Rosa (2020) Scielo	A educação no sistema socioeducativo e a gestão dos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes	Pesquisa Bibliográfica	Analisar se o sistema socioeducativo tem garantido o acesso à educação ao adolescente em internação	A educação ofertada aos socioeducandos não é ofertada da forma prevista nos documentos legais, existe acesso à educação, porém precário e improvisado. É realidade a falta de investimento estrutural e planejamento operacional por parte do Estado de Mato Grosso nestes Centros, fatos estes que refletem na qualidade do ensino ofertado, e no resultado que esse ensino insuficiente trará para a vida desses alunos assim que voltarem ao convívio social.
Oliveira et al. (2020) Capes	Esporte e lazer no plano individual de atendimento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação	Pesquisa documental	Compreender o acesso ao esporte e lazer na trajetória de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no estado de Mato Grosso	Conclui-se que o cumprimento da medida socioeducativa de internação propiciou maior acesso aos espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer aos adolescentes, se comparado com suas vivências anteriores à aplicação da medida.
Jesus & Guedes (2021)	A Educação Libertadora Em Uma Unidade Socioeducativa De Mato Grosso	Pesquisa de Campo	Avaliar como as atividades culturais, a abordagem social e psicológica, as práticas esportivas, a	O fazer pedagógico evidenciou a necessidade de dar continuidade nos Projetos em andamento, tendo em vista que os alunos ao perceberem que conseguem apreender, que conseguem evoluir no aprendizado, que conseguem

Capes			assistência religiosa e todas as demais atividades dirigidas aos adolescentes devem ter propósito de desenvolver seu potencial para ser e conviver.	se inserir nesse mundo letrado, do qual a maioria se sentia à margem.
-------	--	--	---	---

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

DISCUSSÃO

Os resultados encontrados, desde já, revelam uma série de desafios e obstáculos enfrentados na educação de adolescentes em conflito com a lei e privados de liberdade. A escassez de políticas intersetoriais, a falta de infraestrutura adequada, a falta de articulação da rede de proteção e a disputa entre procedimentos de segurança e o direito ao acesso à educação são apenas alguns dos problemas identificados. A seguir, discutiremos os resultados encontrados e possíveis caminhos para superar esses desafios e promover uma educação transformadora para os adolescentes em situação de privação de liberdade.

O estudo realizado por Barbosa e Resende (2014) revelou a gravidade dos atos infracionais cometidos por adolescentes e levantou preocupações sobre a eficácia das medidas socioeducativas. A falta de ressocialização efetiva contribui para uma sensação de impunidade, levando muitos jovens a reincidirem em infrações cada vez mais graves. Além disso, a ausência de estrutura familiar e apoio estatal também desempenham um papel significativo no comportamento dos adolescentes, destacando a necessidade de um acompanhamento abrangente tanto durante o cumprimento da medida de internação quanto após sua liberação.

Os centros socioeducativos enfrentam diversos problemas e carecem de melhorias, demandando uma atenção governamental mais dedicada. Para solucionar essas deficiências, é crucial que o Estado assuma uma participação efetiva no enfrentamento dos problemas sociais, em colaboração com os diversos níveis de governo. Investimentos adequados em áreas como saúde, educação, esporte e profissionalização são fundamentais para reduzir os atos infracionais tanto entre adolescentes quanto entre adultos. A marginalização social está intimamente ligada à falta de estrutura estatal e apoio para a construção de famílias estáveis. Portanto, é essencial que o Estado forneça suporte e crie oportunidades efetivas para atender às necessidades sociais, permitindo que as pessoas busquem uma ascensão social legítima. (Barbosa & Resende, 2014).

Para os autores citados, a efetividade das medidas socioeducativas depende de uma abordagem abrangente, que envolva a participação ativa do Estado, da família e da sociedade como um todo. Somente por meio dessa colaboração será possível enfrentar e reduzir os problemas sociais relacionados aos atos infracionais cometidos por adolescentes.

O estudo realizado por Silva e Neto (2015) revelou a falha do Estado de Mato Grosso em cumprir sua responsabilidade de proteção integral aos adolescentes em privação de liberdade. Os centros socioeducativos apresentam condições desumanas, com tratamento inadequado, alimentação precária, celas insalubres e falta de oportunidades de educação e profissionalização de qualidade. Essas condições refletem a ineficiência e inoperância do Estado, que não implementa políticas públicas adequadas para acolher esses jovens.

Foram apresentados, ainda, Relatórios do CNJ e das Varas Especializadas da Infância e Juventude de Cuiabá que corroboram a falta de ações efetivas por parte do poder público para

resolver os problemas nos centros socioeducativos, que acabam se tornando unidades prisionais comuns, incapazes de promover transformações positivas na vida dos internos e sua reintegração social.

Essa negligência e incompetência têm consequências graves, uma vez que a opinião pública, muitas vezes desinformada sobre as condições reais desses espaços, tende a tratar os adolescentes como adultos plenamente responsáveis por seus atos. Existe uma pressão por punições mais severas e redução das medidas de proteção, ignorando os avanços ocorridos no campo jurídico nos últimos anos.

Os autores destacaram também que capacitar crianças e adolescentes para o exercício pleno de seus direitos individuais e garantias fundamentais requer a criação e manutenção de estruturas sociais e estatais que garantam seu pleno desenvolvimento. (Silva & Neto, 2015).

O estudo realizado por Alves e Tiellet (2015) destaca a necessidade de fundamentar as ações educativas nos Centros Socioeducativos de Mato Grosso em um projeto pedagógico transformador, que proporcione uma vivência escolar integral aos adolescentes infratores. No entanto, foi constatado que existem grandes dificuldades na efetivação das ações pedagógicas devido a problemas estruturais, educacionais, de gestão e de políticas públicas.

A estrutura física precária dos centros socioeducativos dificulta a realização das atividades educacionais, afetando tanto os adolescentes quanto os agentes socioeducativos e os professores. Além disso, é necessário reconhecer o espaço como um ambiente de vida e educação, no qual os jovens possam ir além dos conteúdos tradicionais da escola. Os professores e os socioeducadores devem desempenhar papéis complementares no cumprimento da medida socioeducativa, mas é fundamental que haja uma articulação entre eles, considerando os aspectos específicos dos adolescentes infratores (Silva & Tiellet, 2015).

O estudo demonstrou que a estruturação adequada da educação nos centros socioeducativos é crucial para promover a participação dos adolescentes na sociedade e resgatar valores e cidadania. No entanto, é importante que as ações sejam orientadas por concepções que premiem comportamentos positivos, em vez de serem repressivas e punitivas. É essencial considerar a importância da educação e garantir uma educação de qualidade e efetiva para os adolescentes em conflito com a lei, promovendo suas capacidades de socialização e desenvolvimento como cidadãos.

Com base no estudo de Silva e Silva (2016), é possível destacar algumas conclusões relevantes. Primeiramente, foi identificada uma carência de recursos disponíveis para a efetivação das determinações legais que garantem os direitos do adolescente infrator. A falta de estrutura e infraestrutura compromete a eficácia das medidas socioeducativas, apesar das leis existentes, como o Sinase/2012, que busca preencher as lacunas do ECA/1990 em relação a essas medidas.

Observou-se que a maioria dos jovens envolvidos em atos infracionais vem de condições sociais e econômicas desfavoráveis, vivendo à margem da sociedade e sendo excluídos até que chamem a atenção por suas ações criminosas. No entanto, é importante entender que a criminalidade juvenil não se resume apenas a uma questão de classe social, mas é um problema que envolve toda a sociedade, exigindo políticas públicas que promovam justiça e igualdade, conforme estabelecido pelo ECA/1990 e SINASE/2012 (Silva & Silva, 2016).

Além disso, é necessário investir na formação e acompanhamento dos profissionais envolvidos no processo de cumprimento da medida socioeducativa, responsabilidade que cabe ao Estado, conforme a Constituição Federal de 1988 (Silva & Silva, 2016).

Para superar essas deficiências, é fundamental alocar profissionais com formação adequada às atividades pertinentes, além de promover uma maior conscientização sobre essas questões, especialmente entre os professores, a fim de evitar a reprodução de uma educação opressora e desumanizadora. É necessário oferecer oportunidades de desenvolvimento de competências sociais e profissionais para os adolescentes, em conformidade com as determinações legais.

De acordo com o estudo de Tiellet et al. (2017), a aplicação da Educação Física no contexto das medidas socioeducativas mostrou-se fundamental para a formação humana dos adolescentes em conflito com a lei e dos futuros educadores físicos. Ao adotar a metodologia do esporte educacional, foi possível contribuir com as determinações normativas do ECA e do SINASE, promovendo emancipação, autonomia, cooperação, solidariedade, respeito e outros valores nos adolescentes em regime de internação.

As atividades desenvolvidas demonstraram as possibilidades efetivas de implementação das diretrizes do SINASE, em conformidade com seus princípios. A postura profissional e ético-pedagógica dos acadêmicos, professores e pesquisadores foi crucial para o sucesso das ações pedagógicas. A coerência entre discurso e ação, aliada a uma presença construtiva e respeitosa em relação à história e singularidade dos adolescentes, desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento dos jovens infratores (Tiellet *et al.*, 2017).

Essas ações não apenas promoveram a humanização do tratamento aos adolescentes em conflito com a lei, mas também contribuíram para o crescimento acadêmico-profissional dos envolvidos. Além disso, permitiram reflexões sobre as representações midiáticas dos adolescentes em conflito com a lei e ressaltaram a importância de romper com abordagens tradicionais de pesquisa, integrando ensino, pesquisa e extensão (Tiellet *et al.*, 2017).

O estudo evidenciou, ainda, a importância da Educação Física como ferramenta para a formação humana e no desenvolvimento de competências de socialização. Ao mesmo tempo, proporcionou uma experiência enriquecedora para os acadêmicos, incentivando reflexões e promovendo uma visão mais abrangente e humanizada dos jovens em conflito com a lei (Tiellet *et al.*, 2017).

De acordo com o estudo de Lopes (2018), a Política de Atendimento Socioeducativo apresenta contradições em sua execução, com práticas assistencialistas, controle excessivo, punição e repressão. Essas características são reflexo das mudanças e tensões que atravessam a política no Estado de Mato Grosso, dentro dos marcos legais estabelecidos.

Além disso, foi identificado que as Políticas Sociais, incluindo a Política de Socioeducação, têm se desenvolvido de forma compensatória, fragmentada e seletiva no contexto atual, orientado pela lógica do capital financeiro e da agenda neoliberal. Essa abordagem compromete a garantia dos direitos estabelecidos no ECA, Sinase e em normativas internacionais, afastando-nos da concretização da proteção integral e da efetivação da Socioeducação (Lopes, 2018).

Diante disto, torna-se necessário repensar e transformar a Política de Socioeducação, superando suas contradições. É fundamental repensar a forma como a Socioeducação é concebida e implementada, visando garantir uma abordagem mais humanizada, que priorize a formação integral dos adolescentes e a construção de oportunidades para uma vida digna e plena. Isso requer uma articulação entre os diferentes atores envolvidos, incluindo o Estado, a sociedade civil e as instituições responsáveis pela execução das políticas sociais, para promover transformações significativas nessa área.

De acordo com o estudo de Stetiski e Lenhardt-Botelho (2018), é fundamental que o psicólogo desempenhe o papel de mediador na socialização do adolescente durante o processo de avaliação psicológica. As técnicas de avaliação permitem compreender o funcionamento cognitivo, emocional e comportamental do indivíduo. Para realizar a avaliação nas unidades de atendimento, o psicólogo precisa ter conhecimento teórico-científico sobre as diferentes técnicas disponíveis. No entanto, sua atuação não deve se limitar à elaboração de documentos técnicos, mas sim buscar a realização de uma intervenção transformadora junto ao adolescente, promovendo o avanço e o cumprimento das medidas socioeducativas.

Durante o processo de socialização, é essencial que o psicólogo compreenda o contexto sócio-histórico de cada adolescente, assim como os aspectos familiares, sociais e culturais que o cercam. Além disso, cabe ao psicólogo atuar como intermediador dos direitos humanos no

ambiente socioeducativo, visando prevenir qualquer dano ao bem-estar físico e psicológico do adolescente (Stetiski & Lenhardt-Botelho, 2018).

A pesquisa ressaltou a importância do psicólogo no contexto das medidas socioeducativas, evidenciando a variedade de instrumentos científicos confiáveis disponíveis para realizar a avaliação. Isso destaca a necessidade de uma atuação qualificada e comprometida, buscando garantir uma abordagem integral e efetiva no processo de cumprimento das medidas socioeducativas.

A reflexão apresentada por Samuel (2018) nos conduz a algumas conclusões relevantes. Primeiramente, reconhecemos a evolução histórica do Brasil no reconhecimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, passando de objetos a sujeitos de direito. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca) estabeleceu medidas socioeducativas e protetivas para garantir a proteção integral e o desenvolvimento desses jovens. No entanto, a aplicação efetiva dessas medidas ainda enfrenta desafios. Os altos índices de reincidência entre os adolescentes submetidos às medidas socioeducativas, especialmente as de internação, evidenciam a ineficácia do sistema em muitas regiões do país. Além disso, a falta de recursos e apoio adequados por parte dos órgãos responsáveis também é uma limitação significativa.

Diante dessas constatações, fica evidente que o sistema socioeducativo brasileiro apresenta deficiências e ineficácia. Embora exista um amplo arcabouço jurídico voltado à infância e juventude, sua aplicação e execução ainda são falhas, carecendo de políticas concretas para garantir o cumprimento adequado das medidas socioeducativas.

A pesquisa realizada por Miranda e Onofre (2020) nos proporciona importantes conclusões. Primeiramente, constatamos que os desafios enfrentados pelas escolas que funcionam no sistema socioeducativo, como o Degase (Departamento Geral de Ações Socioeducativas), não são exclusivos dessas instituições. Problemas como falta de infraestrutura adequada, superlotação e defasagem idade/ano escolar são comuns em muitas escolas fora desse contexto. Isso nos mostra que essas dificuldades são abrangentes e precisam ser abordadas de maneira mais ampla.

Um aspecto relevante a ser destacado é a predominância dos agentes de segurança socioeducativa em relação ao número de funcionários do Degase. Essa situação evidencia que a prioridade no sistema socioeducativo está voltada para a segurança, embora os princípios da socioeducação prevejam uma interação permanente e contínua com os adolescentes. Essa dicotomia entre segurança e educação é um desafio a ser superado, pois é necessário garantir a segurança, mas também oferecer um ambiente propício ao desenvolvimento dos jovens (Miranda & Onofre, 2020).

É preocupante constatar que os esforços para afastar os adolescentes da criminalidade parecem estar em desvantagem. O aumento do número de internações nas unidades socioeducativas em todo o país, evidencia o desafio de lidar com a delinquência juvenil. Além disso, a falta de solidariedade, o preconceito e a intolerância em relação aos adolescentes envolvidos com atos ilícitos refletem uma sociedade que marginaliza e estigmatiza esses jovens.

De acordo com o estudo realizado por Schroeder e Rosa (2020), o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude desempenham um papel essencial na garantia do acesso à educação para todos, inclusive para os adolescentes privados de liberdade nos Centros de Atendimento Socioeducativos. No entanto, os resultados revelaram que o acesso à educação oferecido pelos estados nos Centros Socioeducativos é insuficiente e não está de acordo com o que é estabelecido pela legislação.

Foi constatado que a disputa entre procedimentos de segurança e o direito ao acesso à educação resulta em diversos prejuízos, tanto no cumprimento da medida socioeducativa em si, quanto no direito ao acesso à educação dos jovens, assim como no cumprimento das obrigações legais dos professores e agentes socioeducativos. Ficou evidente que a educação oferecida aos

socioeducandos não segue as diretrizes estabelecidas nos documentos legais. Apesar de existir acesso à educação, esse acesso é precário e improvisado (Schroeder & Rosa, 2020).

A falta de investimento estrutural e de planejamento operacional por parte do Estado de Mato Grosso nos Centros Socioeducativos reflete na qualidade do ensino oferecido. Essa deficiência no ensino terá consequências negativas na vida desses alunos quando eles retornarem ao convívio social. Portanto, é necessário um maior comprometimento do Estado em relação à educação nos Centros Socioeducativos, abrangendo a disponibilização de recursos financeiros adequados, infraestrutura apropriada e o planejamento e execução de um ensino de qualidade. (Schroeder; Rosa, 2020).

Com base na pesquisa conduzida por Oliveira *et al.*, (2020), observa-se a escassez de políticas intersetoriais voltadas para adolescentes, o que está diretamente relacionado à falta de articulação da rede de proteção. Isso reflete a atual conjuntura do país, em que um sistema político e econômico excludente afeta amplamente a parcela da sociedade representada pelos sujeitos da pesquisa.

Em relação à trajetória dos adolescentes, constatou-se que o cumprimento da medida socioeducativa de internação no estado de Mato Grosso tem proporcionado um maior acesso às práticas de esporte e lazer. Isso ocorre devido à disponibilização de conteúdos orientados por profissionais e à existência de espaços e equipamentos nos Centros de Atendimento Socioeducativo (Case), conforme estabelecido pelos Parâmetros da Gestão Pedagógica no Atendimento Socioeducativo do Sinase (Oliveira *et al.*, 2020).

Essa conclusão revela, no entanto, os obstáculos enfrentados pelos adolescentes no acesso a políticas de esporte e lazer em suas trajetórias anteriores ao ingresso no sistema socioeducativo, o que é agravado pelos altos índices de evasão escolar entre esses jovens. É importante destacar que este estudo apresenta algumas limitações, como a falta de análise das práticas pedagógicas dos profissionais de Educação Física no contexto de privação de liberdade e a natureza autodeclarativa das manifestações dos adolescentes sobre as práticas de esporte e lazer em suas trajetórias, registradas nos Planos Individuais de Atendimento (Pia) (Oliveira *et al.*, 2020).

Com base no estudo realizado por Jesus e Guedes (2021), destaca-se o papel do esporte e do lazer como direitos sociais e como ferramentas pedagógicas capazes de proporcionar mudanças significativas na vida dos jovens em conflito com a lei e em seus ambientes. Investir nessas áreas é fundamental para promover transformações positivas tanto para os jovens quanto para suas comunidades.

Ao refletir sobre a educação para adolescentes privados de liberdade, é necessário enfrentar o desafio de educar em um ambiente institucional marcado pela falta de liberdade, sofrimento, ódio e dor. Ao longo do trabalho, os pesquisadores puderam compreender melhor a realidade da unidade escolar por meio de estudos e de uma nova perspectiva. Eles perceberam que a gestão da escola pode ter um impacto significativo no desempenho dos alunos (Jesus & Gudes, 2021).

Como resultado desse trabalho, foram implementadas muitas ações e projetos contínuos na escola. Observa-se que estão no caminho certo, buscando uma educação que valorize o ser humano em um ambiente no qual os alunos enfrentaram muitas perdas, incluindo a liberdade. No entanto, essa privação não implica na negação de seus direitos ao respeito, dignidade, privacidade, integridade física, psicológica, moral e ao desenvolvimento pessoal e social (Jesus & Guedes, 2021).

Os artigos analisados reforçam a importância de proporcionar uma educação de qualidade e humanizada para os jovens em conflito com a lei, garantindo que sejam tratados com dignidade e respeito, e tendo em vista o seu desenvolvimento integral. Isso requer uma abordagem pedagógica sensível, comprometida e orientada para a transformação social, que valorize o potencial de cada jovem e crie oportunidades para seu amadurecimento.

Os resultados apresentados evidenciam uma série de desafios e problemas enfrentados na educação de adolescentes em conflito com a lei e restringidos de sua liberdade. Foi constatado que

há uma escassez de políticas de atendimento intersetorial e falta de articulação da rede de proteção, o que compromete o acesso adequado à educação. Além disso, a gestão das unidades escolares precisa ser aprimorada para proporcionar um ambiente propício ao aprendizado e desenvolvimento dos adolescentes.

Uma das principais questões identificadas é a falta de investimento estrutural e planejamento operacional por parte do Estado, resultando em uma oferta precária e improvisada de educação nos Centros Socioeducativos. Isso acaba refletindo na qualidade do ensino oferecido e nos resultados em termos de reintegração social que esses jovens poderão ter ao retornarem ao convívio da sociedade. Além disso, a disputa entre procedimentos de segurança e o direito ao acesso à educação gera prejuízos tanto no cumprimento da medida socioeducativa, quanto no direito dos jovens ao aprendizado.

Para solucionar esses problemas, é fundamental uma atuação conjunta e articulada dos diferentes atores envolvidos na educação de adolescentes em conflito com a lei. É necessário fortalecer a rede de proteção, estabelecendo parcerias entre instituições públicas, como as secretarias de educação e de assistência social, e organizações da sociedade civil para garantir uma abordagem intersetorial e abrangente.

Além disso, é crucial investir em infraestrutura adequada para as unidades socioeducativas, garantindo espaços educativos adequados, materiais didáticos e recursos tecnológicos. A capacitação dos profissionais da educação que atuam nessas instituições também é essencial, proporcionando formação continuada em temas como socioeducação, pedagogia da prisão, mediação de conflitos e abordagens socioemocionais.

Outra medida importante é o desenvolvimento de políticas de prevenção que atuem na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade desde a infância, evitando que os adolescentes entrem em conflito com a lei. Isso envolve a implementação de programas sociais, esportivos, culturais e de lazer que proporcionem oportunidades de desenvolvimento pessoal e social.

Por fim, é fundamental promover uma mudança de paradigma na forma como a sociedade enxerga e lida com os adolescentes em conflito com a lei. É necessário combater o preconceito, a discriminação e a estigmatização, buscando uma abordagem que valorize a dignidade e a cidadania.

Não obstante, para superar os desafios identificados na educação de adolescentes em conflito com a lei, é preciso investir em políticas intersetoriais, infraestrutura adequada, formação profissional, prevenção e mudança de mentalidade, buscando construir um sistema socioeducativo que promova a educação como ferramenta de transformação e inclusão social.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa de revisão da literatura teve como objetivo investigar o funcionamento das medidas socioeducativas no estado do Mato Grosso-MT e apresentar as condições estruturais referente ao ambiente onde os adolescentes internados devem receber o acesso à educação que lhes é devido. A partir da análise dos artigos científicos selecionados, foram identificados diversos aspectos relevantes que contribuem para a compreensão desse tema.

Os estudos revisados forneceram uma visão abrangente sobre as medidas socioeducativas e destacaram a importância dessas intervenções no contexto socioeducativo mato-grossense. Foi possível observar que tais medidas devem desempenhar um papel fundamental na formação dos adolescentes em conflito com a lei, buscando proporcionar-lhes oportunidades de reflexão e aprendizado. Infelizmente, em grande parte das vezes as instituições não conseguem contribuir de forma significativa com isso, parte por conta das carências de investimentos e parte pela própria concepção do estabelecimento.

Além disso, os estudos também abordaram os desafios enfrentados na implementação e no funcionamento das medidas socioeducativas no estado do Mato Grosso-MT. Entre os principais desafios, destacam-se a falta de estrutura adequada nas instituições socioeducativas, a carência de

profissionais qualificados, a superlotação e a falta de articulação entre os órgãos responsáveis pela execução das medidas.

Diante dos resultados apresentados, torna-se evidente a necessidade de investimentos na infraestrutura das instituições socioeducativas, bem como na capacitação dos profissionais que atuam nesse contexto. Além disso, é fundamental promover uma articulação efetiva entre os diversos atores envolvidos no sistema socioeducativo, incluindo poder público, sociedade civil e famílias, a fim de garantir a eficácia e a qualidade das medidas socioeducativas.

Os resultados evidenciaram a importância dessas medidas na promoção da cidadania dos adolescentes em conflito com a lei e apontaram os desafios a serem enfrentados para o aprimoramento do sistema socioeducativo. Espera-se que os achados desta pesquisa possam contribuir para embasar ações e políticas públicas voltadas para a melhoria e efetividade das medidas socioeducativas no contexto mato-grossense.

Diante da importância do assunto tratado, é fundamental que pesquisadores e acadêmicos se dediquem a explorar novas abordagens e perspectivas relacionadas à socioeducação. Estudos qualitativos, por exemplo, podem fornecer insights valiosos sobre as experiências dos jovens em conflito com a lei e as práticas socioeducativas adotadas em diferentes contextos. Além disso, análises comparativas entre diferentes sistemas socioeducativos, tanto no âmbito nacional quanto internacional, podem contribuir para identificar boas práticas e desafios comuns a serem enfrentados.

Além disso, sugere-se a realização de pesquisas que envolvam a participação e a escuta dos próprios jovens, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e que suas experiências sejam consideradas na formulação de políticas e práticas socioeducativas. Compreender suas necessidades, desejos e perspectivas pode fornecer insights valiosos para aprimorar as medidas socioeducativas e promover uma ressocialização mais efetiva.

Contribuições dos Autores: Machado, V. G. L.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Fensterseifer, D. P.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual. Todos os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

Aprovação Ética: Não aplicável.

Agradecimentos: Não aplicável.

REFERÊNCIAS

Almeida, M. S. (2000). *Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva*. Editora Atlas SA.

Barbosa, M. C., & de Resende, G. S. L. (2014). A política do egresso da medida socioeducativa de internação no município de Barra do Garças-MT. *Revista Panorâmica online*, 16, 94-109.

Lei, N. (1990). 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 27(09).

do Carmo, S. O., & da Costa Neto, A. J. (2015). Medidas socioeducativas: possibilidades e limites da liberdade assistida. *Caderno de Publicações Univag*, 7, 1-15.

Ercole, F. F., de Melo, L. S., & Alcoforado, C. L. G. C. (2014). Revisão integrativa versus revisão sistemática. *REME-Revista Mineira de Enfermagem*, 18(1), 1-15.

de Jesus, D. R., & Guedes, T. C. D. S. M. (2021). A educação libertadora em uma unidade socioeducativa de mato grosso. *Revista Alembra*, 3(6), 88-101.

Juliano, C. A., & Tiellet, M. D. H. S. (2015). Centro socioeducativo de Cáceres/MT: um estudo exploratório. *Universidade Federal da Paraíba. Revista Temas em Educação*, 24(2), e89.

Lopes, V. M. G. (2018). A política de atendimento socioeducativo no estado de mato grosso: reflexão sobre os caminhos da socioeducação na medida privativa de liberdade. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, 1(1), 1-15.

Oliveira, U. P. D., Conceição, W. L. D., Grunnenvaldt, J. T., Olivera, R. A. C., & Reverdito, R. S. (2020). Esporte e lazer no plano individual de atendimento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. *Movimento*, 26, e26054. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.101588>

Piloni, V. M. D. M. S., & de Moraes Franco, V. (2019). A aplicação do princípio da insignificância em matéria socioeducativa: um estudo crítico e comparativo entre o paradigma jurisprudencial brasileiro e a jurisprudência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. *Rev Fac Direito Univ Fed Uberlândia*, 47(2), 1-15.

Sá, E. G. A., Salem, L., Matos, M. V., & Vuolo, V. (2022). A captação de doadores de sangue como instrumento de cidadania: relato da experiência do projeto desenvolvido no centro de atendimento socioeducativo em Cuiabá-MT. *Hematology, Transfusion and Cell Therapy*, 44, S593.

Samuel, D. M., & Rangel, T. L. V. (2018). Entre a concepção teórica e o desencanto da prática: as falhas da aplicação das medidas socioeducativas no processo de ressocialização dos adolescentes infratores. *Acta Scientia Academicus: Revista Interdisciplinar de Trabalhos de Conclusão de Curso (ISSN: 2764-5983)*, 3(03), 1-15.

Scisleski, A. C. C., Galeano, G. B., Silva, J. L. C. D., & Santos, S. N. D. (2014). Medida Socioeducativa de Internação: dos corpos dóceis às vidas nuas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(3), 660.

Severino, A. J. (2017). Metodologia do trabalho científico. Cortez editora.

da Silva, N. L., & da Costa Neto, A. J. (2014). Adolescentes infratores em Mato Grosso: medidas socioeducativas e serviço jurisdicional. *Caderno de Publicações Univag*, 7, 1-15.

Racial, I. (2020). Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. <https://www.gov.br>

Silva Soares, R., & da Silva Azinari, A. P. (2016). O olhar pedagógico acerca das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes no município de Juara MT. *Revista de Comunicação Científica*, 1(1), 1-15.

Souza, G. D. (2022). A atuação do profissional da psicologia no contexto de pandemia numa unidade socioeducativa do Mato Grosso: um relato de experiência.

Stetiski, E., & Botelho, E. H. L. (2018). As Práticas Em Avaliação Psicológica No Sistema Socioeducativo De Mato Grosso. *TCC-Psicologia*.

Tiellet, M. D. H. S., Penha Coelho, F., Santos Coutinho, T., & de Brito, L. R. (2017). Ações de extensão em um centro de atendimento socioeducativo do Estado de Mato Grosso. *EDUCA-Revista Multidisciplinar em Educação*, 4(9), 65-78.

Recebido: 6 de outubro de 2024 | **Aceito:** 2 de junho de 2024 | **Publicado:** 13 de setembro de 2024



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.